

2. Oralidade ficcional: oral ou escrito?

2.1 Oralidade vs. escrita: superação da visão dicotômica

A visão tradicional de linguagem propiciou um paradoxo em relação à linguagem falada e escrita. Por um lado, a linguagem oral foi considerada, já desde os gregos, como a linguagem “verdadeira”, a “representação das afecções da alma”, segundo Aristóteles em *De Interpretatione*, relegando a escrita a uma mera representação da fala. No entanto, as afirmações sobre a linguagem provêm tradicionalmente da observação e análise da escrita, e os resultados desta análise generalizaram-se como válidos para a linguagem em geral, independentemente do meio em que era produzido. Como consequência disso, atribuíram-se à linguagem oral as características do errado, do incompleto, do não normativo, enquanto que a linguagem escrita era considerada correta. Essa dicotomia transferiu-se também aos falantes, polarizados em falantes “primitivos” de uma linguagem oral “incorreta” e falantes “cultos”, com domínio da escritura e usuários de uma linguagem “correta” (LÓPEZ SERENA, 2007)¹.

A necessidade de compreender o funcionamento real das línguas, de admitir o caráter complexo, dinâmico e contínuo da linguagem é compartilhada por muitos linguistas atualmente, provenientes de áreas como a Pragmática, a Linguística de Texto e a Análise do Discurso, que concordam na recuperação das dimensões sociais e comunicativas da linguagem, superando a visão do sistema homogêneo, buscando a variação inerente ao **uso linguístico**. Como destaca Marcuschi (2000, p. 16), é “fundamental considerar que as línguas se fundam em usos e não o contrário. Assim, não serão primeiramente as regras da língua nem a morfologia os merecedores de nossa atenção, mas os usos da língua, pois o que determina a variação linguística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua”.

¹ Todas as citações de obras não publicadas em português foram traduzidas por mim, salvo quando expressamente indicado.

Atualmente, há uma tendência a considerar a divisão das formas de uso de uma língua em orais e escritas como “excessivamente simples e claramente insuficiente” (NARBONA, 2001). A ideia de **variação concepcional gradual**, complexa e diversificada, entre fala e escrita tem ganhado força nas últimas décadas. O linguista Ludwig Söll introduziu na década de 1970 a divisão entre meio e concepção. Baseando-se no trabalho deste linguista, Koch e Oesterreicher (2007 [1990]) apresentaram um modelo de variação linguística em que a oposição oral e escrito pode interpretar-se de dois pontos de vista: do ponto de vista do **meio**, que pode ser **fônico** ou **gráfico**, constituindo uma dicotomia; e do ponto de vista da **concepção**, que é uma escala gradual, um *continuum* limitado por dois extremos, que os autores denominam de **imediatez comunicativa** e **distância comunicativa**.

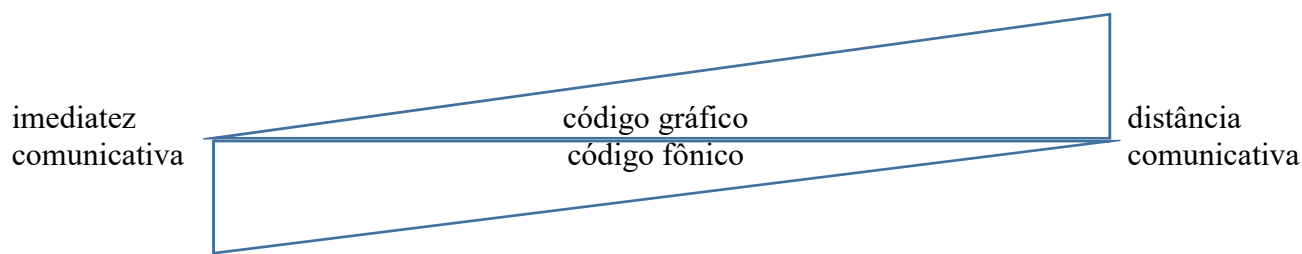


Fig. 1 Concepção e meio (KOCH; OESTERREICHER, 2007)

Na figura acima, os triângulos representam a frequência das realizações discursivas: no polo da imediatez comunicativa se escrevem menos textos e há mais conversa oral, e vice-versa. A linha entre os dois triângulos mostra que há uma separação clara entre o meio gráfico e o fônico, não existem formas intermediárias².

Segundo Koch e Oesterreicher, existe afinidade entre o meio fônico e a imediatez comunicativa e o meio gráfico e distância comunicativa. Mas outras combinações intermediárias são também possíveis: discursos escritos, mas concepcionalmente orais, ou seja, que reproduzem a imediatez comunicativa (chats, histórias em quadrinhos, diálogos de um romance, etc.), e discursos orais concepcionalmente escritos, ou seja, que reproduzem a distância comunicativa (discursos acadêmicos). Quer dizer, entre os dois polos existe toda uma gama de

² Alguns autores consideram a definição de *meio* de Koch e Oesterreicher imprecisa, por não distinguir entre canal de produção, transmissão e recepção do signo e o código em que se manifesta o signo. Na recepção distinguir-se-ia, por exemplo, entre recepção auditiva, visual ou até tátil.

possibilidades dependendo de alguns parâmetros variáveis que definem qualquer situação comunicativa:

- a) o grau de privacidade (mais ou menos privado) da comunicação, na qual são relevantes o número de interlocutores e a existência (ou não) de público;
- b) o grau de intimidade entre os interlocutores, que depende da experiência comunicativa conjunta prévia, do grau de conhecimento compartilhado, etc.;
- c) o grau de implicação emocional, que pode estar determinado pelo interlocutor ou pelo objeto da comunicação;
- d) o grau de dependência dos atos comunicativos da situação ou na ação comunicativas;
- e) o campo referencial, no qual é decisiva a distância dos objetos e pessoas referidas em relação ao emissor;
- f) a proximidade ou distância física dos interlocutores;
- g) o grau de cooperação, medido segundo as possibilidades de intervenção dos receptores na produção do discurso;
- h) o grau de dialogicidade;
- i) o grau de espontaneidade da comunicação;
- j) o grau de fixação temática.

Seguindo estes critérios, pode-se determinar um grande número de formas de comunicação, definidas por diferentes combinações dos valores paramétricos e que estabelecem um *continuum* falado/escrito entre dois polos. Um dos polos, que encarna a máxima imediatez comunicativa (falado), reúne as condições comunicativas de privacidade, familiaridade, forte implicação emocional, dependência da situação e ação comunicativas, referenciação com relação ao emissor, imediatez física, máxima cooperação na produção, alto grau de dialogicidade, liberdade temática e espontaneidade máxima. O outro polo, que encarna a máxima distância comunicativa (escrito), reúne as condições de caráter público, desconhecimento, falta de implicação emocional, desligamento da situação e ação comunicativas, impossibilidade de dêixis com relação ao emissor, distância física, ausência de cooperação na produção, monologicidade e fixação temática.

Segundo os autores, o sujeito falante reage a estas condições universais de comunicação variáveis com estratégias de verbalização também universais, que dependem do tipo de contexto:

- a) contexto *situacional*: pessoas, objetos, ações ou estados perceptíveis na situação de comunicação;
- b) contexto *cognitivo*: por um lado, o contexto cognitivo individual – ou seja, as vivências comuns dos interlocutores, o conhecimento que têm um do outro – e, por outro lado, o contexto cognitivo geral – ou seja, o conjunto de conhecimentos humanos;
- c) contexto *comunicativo linguístico*, também chamado de *cotexto*;
- d) contexto *comunicativo paralinguístico*: entonação, rapidez locutória, intensidade do som, etc.;
- e) contexto *comunicativo não linguístico*: gestos, etc.

Na comunicação imediata, todos estes contextos podem entrar em ação, enquanto que na comunicação distante pode haver restrições.

Então, dependendo do tipo de contexto, o falante produz enunciados linguísticos caracterizados pelas seguintes **estratégias de verbalização** universais:

- a) o *grau de planejamento*: nas condições comunicativas da imediatez, o grau de planejamento costuma ser baixo, enquanto que na distância comunicativa costuma ser mais alto;
- b) o *caráter transitório vs. definitivo*: a construção dos enunciados pode estar em processo (próprio da fala) ou ser definitivo (próprio da escrita);
- c) uma *sintaxe agregativa* (enunciados “incompletos”, parataxe, etc., próprias da imediatez comunicativa) vs. uma *sintaxe integrativa* (com predomínio de orações subordinadas, própria da distância comunicativa);
- d) a *densidade informativa* do discurso, que é menor na imediatez e maior na distância comunicativa.

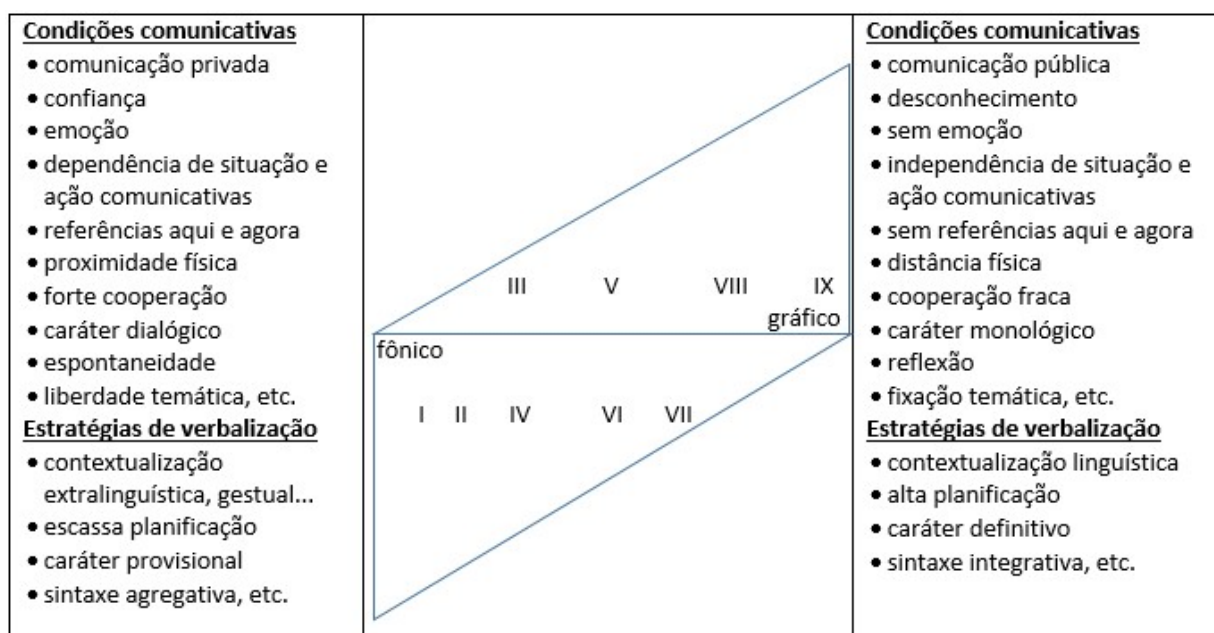


Fig. 2: Meio e concepção. *Continuum* entre imediatez e distância comunicativas e perfil concepcional de algumas formas comunicativas. (KOCH; OESTERREICHER, 2007 [1990], p. 34).

Na figura acima, no *continuum* entre a imediatez e a distância comunicativas, delimitadas pelos dois polos, localizam-se alguns exemplos de diferentes formas de comunicação, indicadas em números romanos: uma conversa familiar (I), uma conversa telefônica (II), uma carta privada (III), uma entrevista de emprego (IV), a versão impressa de uma entrevista jornalística (V), um sermão (VI), uma conferência científica (VII), um artigo editorial (VIII) e um texto jurídico (IX).

2.1.1

Traços universais da linguagem da imediatez

Koch e Oesterreicher consideram que, apesar de todas as peculiaridades das características idiomáticas, há certos fenômenos que podem caracterizar-se como marcas ou **traços universais**³ da linguagem da imediatez (oral) e da

³ Os autores especificam que esses fenômenos são considerados universais somente no sentido de que estão motivados pelas condições comunicativas e estratégias de verbalização universais nas quais o âmbito da comunicação imediata se fundamenta, e não nas regras histórico-contingentes das

linguagem da distância (escrita), e que dividem em quatro âmbitos: pragmático-textual, sintático, semântico e fônico. Em relação à imediatez⁴, encontramos:

– no âmbito **pragmático-textual** (dos elementos linguísticos que remetem às instâncias e fatores da comunicação ali destacados), destacam-se os marcadores discursivos que configuram uma estrutura lineal e agregativa do discurso, predominando aqueles que marcam somente o início e o fim de um trecho; os marcadores de turno de fala (embora estes possam ser também paralinguísticos e não linguísticos); os marcadores de contato entre falante e ouvinte; os fenômenos de hesitação; os mecanismos de reformulação ou retificação; as interjeições; os mecanismos de modalização (atos ilocutórios); uso do presente como tempo para a narrativa como recurso de expressividade e vivificação (a eliminação entre passado e presente estabelece certa imediatez); a reprodução de diálogos realizada preferencialmente pelo discurso direto;

– no âmbito **sintático**: falta de concordância ou “debilidades” na congruência (*constructio ad sensum*), anacolutos, deslocação dos membros da frase, orações incompletas ou suspensas, sequência rema-tema, baixo grau de complexidade sintática (predominância de parataxe);

– no âmbito **semântico**: escassa variação lexemática ou repetição léxica, uso de palavras-ônibus (referência vaga), uso de dêixis, construções expressivas (metonímia, metáforas, comparações, hipérboles, palavras modificadas – diminutivos, aumentativos, pejorativos, etc. – tautologias ou redundâncias), riqueza lexical em circuitos semânticos bem definidos;

– no âmbito **fônico** encontramos articulações descuidadas, como queda de vogais, de consoantes ou sílabas inteiras.

Alguns autores, como o germanista Franz Lebsanft (2004, p. 208 *apud* BRUMME, 2012, p. 20), criticam a suposta universalidade dos traços da imediatez e da distância comunicativas, aduzindo que a escrituralidade concepcional será sempre um produto historicamente contingente. Atendendo a essa crítica, mas

línguas. Advertem também, em primeiro lugar, que isso não significa que, na realização concreta, o âmbito universal não apresente uma estrutura idiomática específica e, em segundo lugar, que a possibilidade de que se produzam determinados fenômenos devidos a condições universais depende da existência de determinadas categorias idiomáticas - por exemplo, só pode-se documentar a narração oral no presente em línguas com sistema verbal temporal (KOCH; OESTERREICHER, 2007, p. 71).

⁴ Os fenômenos da distância comunicativa podem ser facilmente inferidos por analogia.

também sem renunciar a distinguir entre um nível mais geral e um nível histórico-idiomático, na presente pesquisa preferimos referir-nos a recursos que são comuns a um grande número de línguas.

Contudo, ao pretender estudar as características da oralidade nos diálogos literários que têm a intenção de imitar a fala, que ficam em determinado ponto do *continuum* oral/escrito por misturarem características da oralidade (ou imediatez comunicativa) com outras próprias da escrita (ou distância comunicativa), consideramos o estudo de Koch e Oesterreicher adequado ao nosso propósito de identificar quais são os traços da imediatez que aparecem nos diálogos estudados.

2.2

Oral vs. coloquial vs. popular: esclarecendo a terminologia

Na hora de estudar a oralidade, fica evidente a vacilação e variação terminológica em relação ao objeto de estudo. Termos como “coloquial”, “informal”, “familiar”, “popular”, “fala”, “língua falada”, “oralidade” se misturam e se confundem. Basta observar as definições dos termos no *Dicionário Aulete Digital* (AULETE, 2008) para comprovar essa confusão:

coloquial *a2g.* 1. Ref. a colóquio ou dele próprio, característico. 2. De maneira informal, descontraída, como em colóquio (2). 3. Liter. Diz-se de maneira de se expressar, de texto, obra etc. em que o vocabulário e a sintaxe são bem próximos dos da linguagem cotidiana: *Fez todo o discurso num tom bem coloquial.*

colóquio *sm.* 1. Conversa entre duas ou mais pessoas. 2. Conversa íntima, ger. entre duas pessoas. 3. Conversa ou debate que aborda uma determinada questão (religiosa, cultural etc.) para elucidar dúvidas, conciliar divergências etc.

conversacional *a2g.* 1. Ref. ou inerente a conversação (encontro conversacional, proposta conversacional); COLOQUIAL.

fala *sf.* (...) 10. Ling. Qualquer modo de falar usado por uma pessoa ou grupo ou em determinadas circunstâncias. 11. Ling. Uso da língua visto como interação de um sistema gramatical e fatores determinados por situações diversas. 12. Ling. Conteúdo fônico de uma língua.

familiar *a2g.* (...) 6. Ling. Que ocorre em situação de informalidade, entre familiares ou pessoas íntimas, com uso frequente de diminutivos, aumentativos, gírias etc. (diz-se de linguagem, estilo, palavra etc.)

informal *a2g.* (...) 4. Diz-se de linguagem, registro etc. que se caracteriza pela falta de formalidades ou pela despreocupação ou falta de censura do falante no momento de sua produção ou emissão.

oralidade *sf.* 1. Característica ou qualidade do que é oral. (...) 3. Ling. Procedimento exclusivamente verbal.

popular *a2g.* 1. Ref. ao povo, a ele pertencente ou dele proveniente (cultura popular). (...) 6. Que é vulgar, de má qualidade, trivial; PLEBEU.

Em primeiro lugar, como vimos na seção anterior, a oralidade é um conceito gradual, um *continuum* limitado por dois extremos. Um dos extremos seria a linguagem da imediatez comunicativa, que, em determinados casos, dependendo do contexto e da situação comunicativa, pode se caracterizar pelo uso de uma linguagem e uma sintaxe mais relaxada e informal. Mas a coloquialidade não é exclusiva da fala: tanto na oralidade quanto na escrita encontram-se diferentes níveis de formalidade. Portanto, oralidade não é sempre sinônimo de informalidade ou coloquialidade.

O termo “coloquial” também é às vezes confundido com outros, que serão analisados com detalhe a seguir:

- **Coloquial vs. conversacional:** Segundo a definição do dicionário *Aulete*, “conversacional” é sinônimo de “coloquial” no sentido de ser referente à conversação, à conversa. Mas a “conversa” – ou “colóquio” nesse sentido – pode ser de diferentes naturezas e sobre diversos assuntos. Há, no entanto, uma segunda acepção de “colóquio”: conversa íntima, ou seja, um tipo de conversa bem mais específica. Desta acepção deriva o sentido de “coloquial” no que se refere à maneira informal e descontraída de se expressar. Existem, portanto, duas interpretações de “coloquial”, que diferem de maneira notável e que não podem ser confundidos.

Segundo Briz (2001, p. 42), a coloquialidade se manifesta no tipo de discurso conversa que tem as seguintes características:

- uma interlocução presencial, conversa face-a-face;
- imediata, atual (aqui e agora);
- com tomada de turno não pré-determinada;
- dinâmica, com alternância de turnos imediata [...];
- cooperativa em relação ao tema [da] conversa e a intervenção do outro.

- **Coloquial, familiar, informal:** Seguindo as definições 2 e 3 do dicionário *Aulete* do termo “coloquial” (“De maneira *informal*, descontraída” e “Diz-se de maneira de se expressar, de texto, obra etc. em que o vocabulário e a sintaxe são bem próximos dos da linguagem cotidiana”), constatamos a semelhança com os termos “informal” (“Diz-se de linguagem, registro etc. que se caracteriza pela *falta de formalidades* ou pela despreocupação ou falta de censura do falante no momento de sua produção ou emissão”) e “familiar” (“Que ocorre em situação de *informalidade*, entre familiares ou pessoas íntimas, com uso frequente de diminutivos, aumentativos, gírias etc. (diz-se de linguagem, estilo, palavra etc.)”).

“Coloquial” e “informal” são termos usados na sociolinguística para referir-se a **níveis de fala** ou **registros**. Segundo Preti (2003), a variedade linguística pode se dividir em dois amplos campos: as *variedades geográficas* ou *diatópicas* (aquelas que são responsáveis pelos regionalismos, provenientes de falares locais e que conduzem à oposição linguagem urbana/rural) e as *variedades socioculturais* ou *diastráticas*, que, por sua vez, podem ser influenciadas por fatores ligados diretamente ao *falante* (idade, sexo, etnia, profissão, posição social, grau de escolaridade, local de residência) ou à *situação* (as influências determinadas pelas condições extralinguísticas que cercam o ato de fala, já enumeradas também na seção anterior). Esta última variedade é chamada de **níveis de fala** ou **registros**, e podem ser de dois tipos: *registro formal* – “empregado em situações de formalidade, com predominância da linguagem culta, comportamento mais tenso, mais refletido, incidência de vocabulário técnica” (PRETI, 2003, p. 38) – e *registro coloquial* – “para situações familiares, diálogos informais onde ocorre maior intimidade entre os falantes, com predominância de estruturas e vocabulário da linguagem popular, gíria e expressões obscenas ou de natureza afetiva” (ibidem) –, se bem que os limites entre ambos são indefinidos, podendo-se estabelecer um nível de fala intermediário, o “registro comum”, e que funcionaria como integração entre os dois.

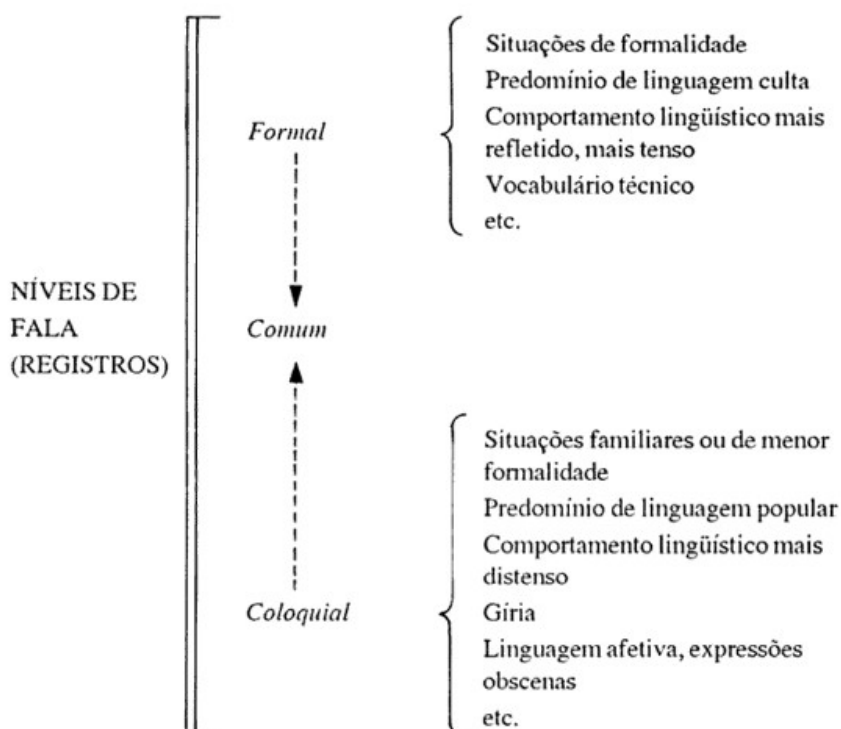


Fig. 3: Níveis de fala. (PRETI, 2003, p. 39).

- **Coloquial vs. popular:** O termo “popular” é usado na sociolinguística para referir-se a um **dialeto social**. Como foi mencionado acima, as variedades socioculturais ou diastráticas podem ser influenciadas pela situação extralinguística e também por fatores ligados diretamente ao *falante*. Esses fatores individuais “repetem-se com relativa uniformidade nos vários grupos de uma comunidade, criando comportamentos linguísticos coletivos” (PRETI, 2003, p. 29) que são denominados de *dialetos sociais*. Podemos dizer que, *grosso modo*, há dois dialetos sociais que coexistem numa mesma comunidade: o *culto* ou *padrão* – de maior prestígio e usado em situações de maior formalidade – e o *popular* ou *subpadrão* – empregado nas situações de menor formalidade.

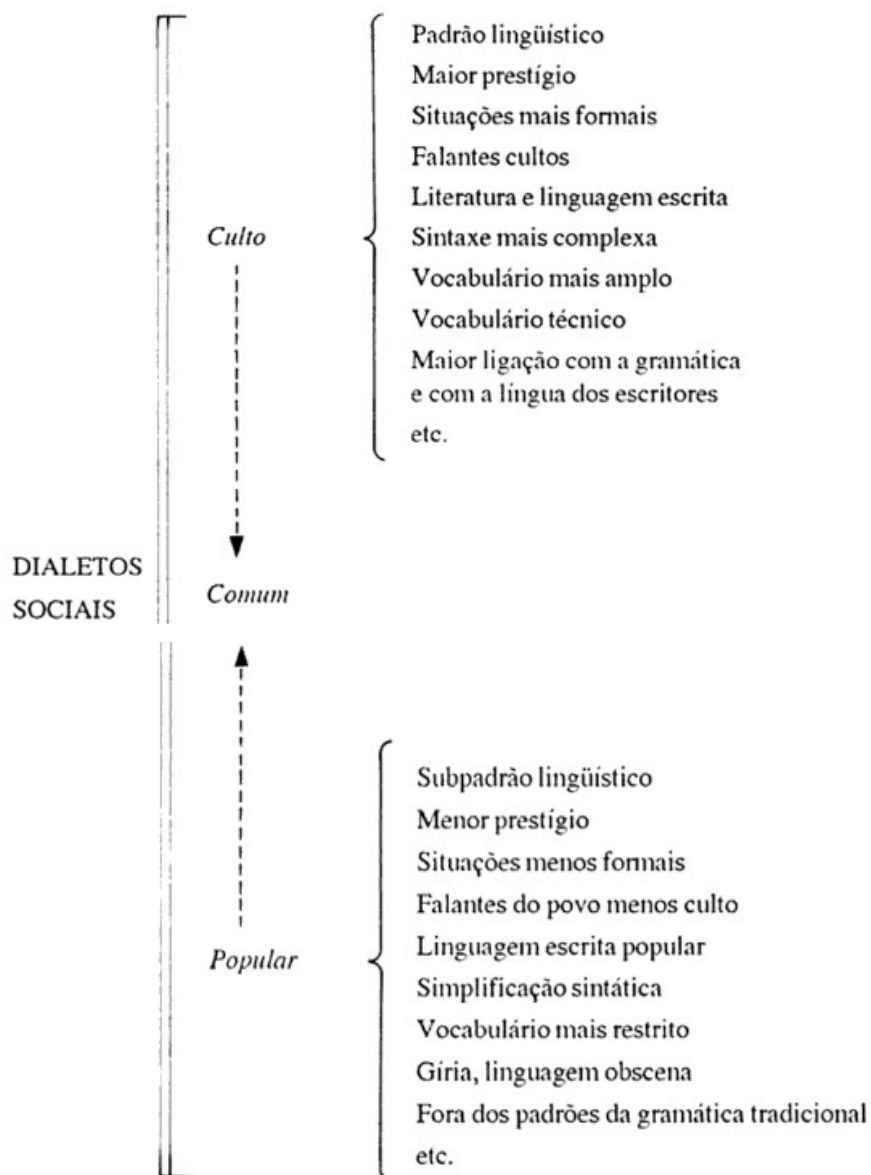


Fig. 4: Dialeto social. (PRETI, 2003, p. 36).

Segundo Preti (2003), o dialeto culto se prende mais às regras da gramática tradicionalmente considerada, normativa, aos exemplos da linguagem escrita, literária, mais conservadora, enquanto que o dialeto popular é mais aberto às transformações da linguagem oral do povo. Estas características são flutuantes e tendem a modificar-se, o que torna as fronteiras entre as duas variedades difíceis de definir. Haveria ainda a possibilidade de admitir subdivisões: o dialeto popular poderia ter “gradações inferiores que nos levariam (...) até a um *dialeto social vulgar*, ligado aos grupos extremamente incultos, aos analfabetos, aos que não têm contato algum com os centros civilizados” (PRETI, 2003, p. 37); por outro lado, a

linguagem culta “poderia atingir graus de extrema elaboração que a tornariam *preciosa*, fora da realidade falada” (ibidem). Mas, novamente, Preti ressalta a dificuldade de se estabelecerem limites entre os dialetos: onde começaria a linguagem vulgar ou até onde iria a popular?

Ainda segundo o autor, por outro lado, “um *dialeto social comum* serviria como um meio-termo entre ambos e teria uma aceitação ampla nas camadas de uma classe média medianamente escolarizada, nos meios de comunicação e, também, no próprio organismo escolar” (PRETI, 2003, p. 35). Neste sentido, o linguista Marcos Bagno (2012) fala sobre o uso de uma “norma híbrida” por parte dos falantes:

entre a norma-padrão e a norma culta⁵ surge uma zona de tensão na qual todos os falantes, e mais intensamente os falantes urbanos letrados, se veem pressionados por duas forças opostas. O resultado é que, desconhecendo em sua integralidade todo o aparato normativo e, ao mesmo tempo, sujeitos à força inelutável de sua intuição linguística, esses falantes acabam por criar, cada um deles, uma representação da norma que é, sempre, um compósito híbrido, em que o normal e o normativo se interpenetram e se mesclam. Essa norma híbrida se verifica principalmente nas práticas de uma escrita mais monitorada (...). Qualquer manifestação da nossa faculdade de linguagem é híbrida: em qualquer texto falado ou escrito fazemos usos amplamente variados dos múltiplos recursos que a língua nos oferece. Num mesmo texto em que encontramos certas marcas de um extremo monitoramento do discurso também podemos encontrar regências verbais, concordâncias, colocações pronominais e outros usos que escapam do que vem previsto nas gramáticas normativas (BAGNO, 2012, p. 26-27).

Ambos autores apontam que o uso de uma ou outra variedade (culto ou popular) importa sempre numa questão de prestígio, e que alguns vocábulos, estruturas e pronúncias são consideradas estigmatizadas pelos falantes, que, de maneira geral, acham que a variedade culta “é de fato o dialeto social único e ideal, correndo a variedade popular como uma mera deturpação da primeira, usada por aqueles que ‘não sabem a língua’, em decorrência de sua falta de instrução” (PRETI, 2003, p. 34).

Entramos aqui em outro problema terminológico: a ambiguidade no uso dos adjetivos “culto” e “popular”. Apesar de Preti (2003, p. 34) mencionar que o preconceito não pode ser aceito pela sociolinguística, “que vê na concorrência de ambos os dialetos sociais um natural processo de variação linguística que atende,

⁵ Bagno também distingue entre norma-padrão e norma culta. A primeira é o “modelo anacrônico de língua que ninguém fala nem escreve, inspirado na escrita literária de autores portugueses do século XIX” (2015, p. 6). Já a segunda é a “língua realmente falada pelos indivíduos com vivência urbana de alto grau de escolarização” (ibidem).

assim, às mais diversas situações de comunicação na sociedade”, Bagno considera que o preconceito já se inicia na escolha terminológica:

quando alguém diz (...) que uma determinada maneira de falar e de escrever é culta, automaticamente está deixando entender que todas as demais maneiras de falar e de escrever não são *cultas* –são, portanto, *incultas*, com todos os sentidos possíveis capazes de se abrigar por trás da palavra *inculto*: “rude”, “tosco”, “grosseiro”, “bronco”, “selvagem”, “incivilizado”, “cru”, “ignaro”, “ignorante” e por aí vai (...). Ora, do ponto de vista sociológico e antropológico, simplesmente *não existe nenhum ser humano que não seja culto*, isto é, que não participe de uma cultura. (...) Os pesquisadores que têm utilizado o termo culto para qualificar um determinado grupo de falantes, para classificar os brasileiros com escolaridade superior completa e vivência urbana, se deixaram levar por esse mesmo jogo ideológico.

(...) Por outro lado, muitas vezes, para tentar designar as variedades linguísticas usadas pelos falantes sem escolaridade superior completa, moradores da zona rural ou das periferias empobrecidas das grandes cidades, aparece frequentemente na literatura linguística a classificação *língua popular*, *norma popular*, *variedades populares*, etc. Cria-se com isso uma distinção nítida entre *norma culta* e *norma popular*.

Novamente, podemos perguntar: *culto* e *popular* são antônimos? Ou, mais grave ainda, *popular* e *inculto* são sinônimos? Na definição de povo só entram as pessoas que não pertencem às classes sociais privilegiadas? (...) Numa sociedade extremamente (e desigualmente) dividida como a nossa, o adjetivo popular é muitas vezes usado com conotações pejorativas, depreciativas, para indicar algo de menor importância, de menor valor na escala de prestígio social (BAGNO, 2003, p. 77).

Para fugir da noção estereotipada e excludente de cultura, Bagno propõe o uso da palavra “prestígio”⁶, empregada na literatura sociológica: *variedade de prestígio* ou *variedade prestigiada*. Por outro lado, para designar a variedade popular sem incorrer no perigo de identificá-la com “inculta”, “errada”, o autor propõe o termo sociológico “estigma”⁷: *variedade estigmatizada*. Entre ambos extremos, haveria uma zona intermediária onde as influências de umas variedades sobre outras são intensas e constantes.

⁶ Segundo Bagno (2003, p. 79), “prestígio” neste contexto não tem a ver com qualidades intrínsecas, “com algum tipo de ‘beleza’, ‘lógica’ ou ‘elegância’ inerente e natural a essas maneiras de usar a língua”. Trata-se de uma construção ideológica: determinadas classes sociais assumiram o poder e atribuíram prestígio a si mesmas; as origens históricas desse prestígio são esquecidas e aquilo que vem das classes dominantes é considerado digno de ser imitado.

⁷ “O ‘estigma’, em termos sociológicos, é um julgamento extremamente negativo lançado pelos grupos sociais dominantes sobre os grupos subalternos e oprimidos e, por extensão, sobre tudo o que caracteriza seu modo de ser, sua cultura e, obviamente, sua língua” (BAGNO, 2003, p. 80).

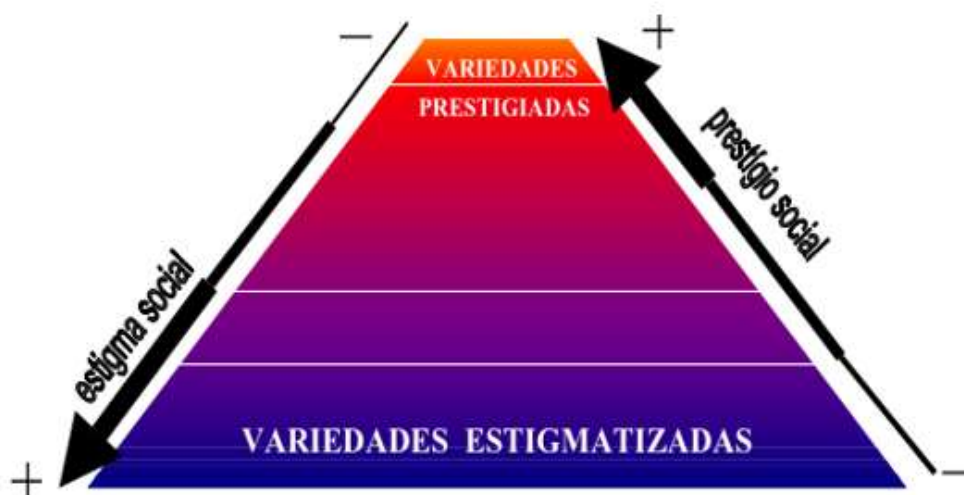


Fig. 5: Variedades prestigiadas e variedades estigmatizadas. (BAGNO, 2003, p. 80).

A dificuldade que nos atinge neste trabalho é a confusão em que, segundo alguns autores, como o canadense Jean-Marcel Paquette (2001, p. 252) e o espanhol Manuel Seco (apud LOPEZ SERENA, 2007, p. 120), incorreram tantos escritores: identificar o registro coloquial com a variedade popular ou estigmatizada, esquecendo que a coloquialidade pode estar presente também na variedade culta ou prestigiada.

Por outro lado, devemos considerar também que, do ponto de vista sociolinguístico, um mesmo fenômeno linguístico pode ter diferentes interpretações em diversas comunidades linguísticas: fenômenos que em determinada comunidade podem se considerar como dialetais, em outra podem se considerar como diastráticos.

2.3 Oralidade ficcional

Como vimos na primeira seção deste capítulo, oralidade e escrita não são termos antagônicos nem dicotômicos, somente nos extremos mais puros (imediatez comunicativa e distância comunicativa). Mas entre eles, há um *continuum*, uma zona intermediária em que a situação é híbrida em maior ou menor grau, e na qual há elementos próprios tanto da escrita quanto da oralidade.

Uma das situações que encontramos nesta zona intermediária são os diálogos ficcionais, diálogos construídos de maneira artificial e intencional pelo autor do texto, mas que tentam imitar uma conversa espontânea real.

2.3.1

A oralidade no diálogo literário

Nas últimas décadas, produziu-se uma valorização dos estudos da oralidade na Linguística, principalmente em áreas como a Sociolinguística (tanto a variacionista como a interacional) e a Análise da Conversação. Atualmente, a visão dicotômica ficou para trás e predomina a concepção da oralidade e a escrita como “atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais” (MARCUSCHI, 2000, p. 16). Graças à evolução tecnológica, hoje é possível estudar a língua oral através de *corpora* orais⁸ criados a partir da gravação dos dados. Desta forma, tem-se acesso a falantes reais, nas mais diversas situações de interação, tanto espontâneas quanto intencionais, que reproduzem a realidade linguística.

No entanto, a literatura já serviu de *corpus* para muitas pesquisas linguísticas de índole variada. No que ao estudo da oralidade se refere, não pode se afirmar que por meio de textos literários possa-se ter uma visão real de como se falava em determinada época e local, já que desde as primeiras amostras de fala registradas com gravador evidenciou-se a existência de claras diferenças entre conversas coloquiais reais e as conversas que imitavam o uso coloquial na literatura. Como aponta Narbona (2015, p. 304), “em nenhum texto literário pode se produzir um verdadeiro ‘decalque’, transposição ou transplante dos usos idiomáticos da língua conversacional. As condições e circunstâncias comunicativas são radicalmente diferentes”. O linguista pode até se perguntar se é lícito pesquisar a oralidade em textos literários. No entanto, existe atualmente uma área de estudo dentro da literatura dedicada ao estudo da oralidade, tanto em obras modernas quanto antigas. Segundo Bustos Tovar (apud REY QUESADA, 2011, p. 698), a

⁸ No entanto, após a coleta o material deve ser transcrito, e essa transposição da oralidade para a escrita não é isenta de problemas e dificuldades (cf. PRETI, 2009).

documentação literária continua tendo um papel central na pesquisa sobre o diálogo real, principalmente em obras antigas, já que, apesar do imprescindível processo de manipulação, nada parece mais próximo ao diálogo conversacional do que a reconstrução que os escritores fazem da língua falada. Narbona (2015) também considera necessário o estudo das obras literárias para construir uma história completa da língua.

Encontramos exemplos de imbricação da oralidade com a escrita em todas as épocas, em textos tanto literários quanto não literários, e por diferentes motivos e com intenções diversas⁹. O objeto de estudo do presente trabalho é concretamente a oralidade em diálogos coloquiais inseridos na narrativa de ficção, com a intenção de caracterizar com maior realidade seus personagens. A especial situação comunicativa que se dá num diálogo coloquial – caracterizado pela familiaridade e proximidade dos falantes – permite que afluam, mesmo na escrita, determinados recursos linguísticos próprios da imediatez comunicativa.

No entanto, convém destacar que o diálogo literário, apesar de ter nascido como imitação da conversa humana, nem sempre é coloquial nem tem como intenção primeira a de retratar a maneira de falar real das pessoas. O primeiro testemunho do gênero diálogo que temos é Platão (ca. 427-347 a. C.), que escreveu os diálogos socráticos. O diálogo cultivado entre os gregos na época clássica era de tipo filosófico e, desde então, virou o gênero predileto para tratar temas controversos. O romano Cícero (106-43 a. C.) desenvolveu um tipo de diálogo que teve grande vigência na Idade Média e no Renascimento: nele havia a figura prototípica do dialogante-mestre que respondia às perguntas dos outros interlocutores e representava a postura do autor. Com Luciano de Samósata (125-181 d. C.), o diálogo ficou menos filosófico e mais tragicômico, transformando-se num gênero especificamente literário com temática heterogênea. Durante a Idade Média o diálogo se viu favorecido pela forte corrente pedagógica que imperava. Já no Renascimento, Erasmo de Roterdã (1466-1536) retomou o estilo e diversidade temática dos diálogos de Luciano, reinstaurando o gênero na literatura ocidental,

⁹ Oesterreicher (1996) propõe uma tipologia de fontes escritas com características orais: textos semicultos (cujo autor não conhece bem a variedade linguística nem as regras discursivas válidas para a criação do texto); textos familiares (que facilitam o uso de construções e elementos não próprios dos textos elaborados); textos em que o autor se adapta a leitores de escassa competência (crianças, pessoas humildes ou estrangeiros); textos literários com o imperativo estilístico de evitar a artificialidade (por finalidades estéticas e não por querer imitar a língua falada); textos que imitam a língua falada.

que se transformou em expressão da individualidade humanista e tratou todos os temas dignos de atenção intelectual não consagrados pela ciência oficial das universidades. O diálogo renascentista, por um lado, responde a um desejo de estilo esmerado por pertencer a uma tradição literária culta, mas por outro lado, como diálogo, tenta incorporar elementos que permitam o leitor se situar no contexto conversacional que fingidamente o texto propõe. No entanto, o diálogo como gênero literário morreu no século XVI, substituído pelo ensaio moderno (REY QUESADA, 2012).

Um pouco antes, já desde o século XV, junto à novela de cavalaria, surge um gênero misto de narração e diálogo de personagens, que vai sendo aprimorado – a novela picaresca espanhola é um exemplo –, até que em *D. Quixote* (1605), considerado o primeiro romance moderno e polifônico, a combinação de diálogo e narração atinge já um alto grau de perfeição (MORRÓN ARROYO, 1973).

Como aponta Narbona (2015, p. 265), é nos diálogos das obras narrativas que existe mais margem de manobra para acolher os indícios da oralidade na escrita literária, já que não são igualmente aproveitáveis todos os gêneros da literatura¹⁰. Na narrativa ficcional é possível recriar todas as modalidades de uso da língua, incluídas aquelas pertencentes à oralidade prototipicamente coloquial. Oesterreicher (1996) também destaca que nos textos podemos encontrar a aparição esporádica dos traços universais da fala “proscritos” pela norma e, ao mesmo tempo, variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas afins à fala. Quer dizer, segundo o autor “encontramos os *disiecta membra* de uma oralidade que se reflete textualmente em determinados procedimentos e elementos linguísticos” (ibidem, p. 323).

Para Narbona (2015), a oralização da escrita constitui uma conquista moderna. Preti (2006) também destaca que foi especialmente a partir do século XIX que na literatura se tornou possível registrar a variação social ou psicológica dos personagens por meio da linguagem:

¹⁰ O diálogo também se usa no teatro, onde se dão as condições para conseguir uma maior proximidade com a oralidade real, mas o autor encontra-se limitado pela necessidade de atender vários planos de recepção. Para Bustos Tovar (1998, p. 426), a presença de um receptor passivo, o público, exige o domínio de outros recursos importantes para a técnica da construção do diálogo dramático: criação de funções interativas específicas, utilização de estruturas comunicativas típicas da retórica dramática (monólogos, “apartes”), respeito rigoroso aos turnos de fala (exceto quando a sobreposição de falas tem sentido dramático), omissão de marcadores conversacionais que não tenham função dramática, etc.

Com o advento de um processo de valorização político-social das classes mais populares (...) se tornou possível, na literatura, uma descrição mais cuidadosa dos hábitos linguísticos dessas classes. É nessa época que os românticos, realistas e naturalistas incursionam pela prosa de costumes, caracterizando com maior realidade os diálogos de ficção (PRETI, 2006, p. 118).

O grau de atenção que o romance de cunho realista dispensa à individualização das personagens e a detalhada apresentação de seu ambiente deve-se especialmente à busca pela verossimilhança e pelo efeito do real. A ilusão de verossimilhança é um dos meios pelo qual autor e leitor se entendem. A descrição do homem inserido em sua realidade física, social e cultural, esse fundo de realidade surge como necessidade para que se produza um pacto entre escritor e leitor.

No Realismo-Naturalismo brasileiro, segundo Preti (2006), a presença de personagens mais populares levou os escritores a registrar na prosa expressões e construções consideradas “subpadrões linguísticos, mas expressivos para completar a descrição social dos tipos marginalizados, como os habitantes dos cortiços ou das casas de pensão carioca, nos fins do século XIX, por exemplo, descritos por Aluísio Azevedo”. No entanto, ainda segundo Preti, “foram os prosadores do século XX que aproveitaram melhor as sugestões da sintaxe falada, dos regionalismos, da gíria” (2006, p. 120). Destacam-se Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Fernando Sabino, João Antônio, Rubem Fonseca, Luís Vilela e o autor objeto de estudo deste trabalho, Paulo Lins.

2.3.2

Diferenças entre o diálogo real e o diálogo ficcional

Os autores que se dedicam ao estudo da oralidade na escrita¹¹ enfatizam que não é possível uma simples transposição ou decalque de uma conversa real para o texto escrito. Segundo Oesterreicher (1996, p. 323) “numa comunicação escrita nunca encontramos o falado em estado autêntico, já que a comunicação escrita implica, *per definitionem*, a existência de determinados valores paramétricos das condições comunicativas que definem ‘a distância comunicativa’”. Para Narbona

¹¹ Cf. Tannen (1980), Preti (2006), Silva (2015), Marcuschi (2000), Britto (2012), Brumme (2012), Koch e Oesterreicher (2007), Narbona (2015), Briz (2001), Bustos Tovar (1996), López Serena (2007), Rey Quesada (2015), entre outros.

(20015, p. 348), um texto literário só pode incorporar uma pequena parte da fala e uma mínima parte da fala coloquial, e sempre **reconstruída**. Como bem descreve Britto (2012, p. 86-87),

na vida real, falamos por frases incompletas, com uma sintaxe totalmente fraturada, com redundâncias e lacunas. No contexto de uma interação face a face, em que os falantes recorrem também a expressões faciais e gestos, essas falas truncadas e incompletas (...) são recebidas com perfeita naturalidade. Em outras palavras: a transcrição de uma fala real *não* funcionaria [em um texto literário].

Segundo Bustos Tovar (2001, p. 197), o autor deve submeter o diálogo a uma **manipulação** formal e discursiva, na qual se restringem notavelmente alguns dos traços específicos do diálogo coloquial prototípico. Portanto, a presença do “falado” no diálogo escrito sempre será *parcial*. Nesse sentido, Gauger (1996, p. 355-356) especifica as deficiências da escrita, as perdas que ele denomina de “suprasegmentais”, que se produzem ao tentar reproduzir a oralidade:

Falta na escrita quase tudo o que é suprasegmental: o sotaque intensivo e o sotaque musical, falta entonação. (...) O conteúdo e o efeito do que se diz depende do ‘tom’ (...). Faltam as pausas, as hesitações; faltam as diferenças, muito significativas, na altura da voz (não podemos, quando escrevemos, ‘levantar a voz’), faltam as diferenças, as mudanças, mais ou menos bruscas, na velocidade dos movimentos articulatórios, falta o fenômeno tão complexo que chamamos de *ritmo*, (...) falta o específico da voz em relação ao sexo e à idade (...), falta a individualidade mesma da voz (nos reconhecemos por nossas vozes), faltam também as mudanças dentro de uma mesma voz segundo os estados de ânimo (...).

Mas há também deficiências importantíssimas no campo do conteúdo, não só no campo material. O escrito carece muitas vezes de um contexto comum que compartilham, na oralidade, quem fala e quem ouve, falta o contexto imediato e o contexto mais amplo, um saber comum. Falta também (e especialmente) a possibilidade de controlar o efeito do que falamos escrevendo, quer dizer: falta ‘feedback’ (...).

A tarefa na hora de escrever é evidente: trata-se de achar e usar substitutos para equiparar todas essas deficiências. (GAUGER, 1996, pp. 355-356, grifos do autor).

As principais diferenças entre o diálogo real e o diálogo construído textualmente derivam principalmente das diferentes exigências psicolinguísticas do processamento e da produção, além das diferenças nas circunstâncias contextuais de uso (IGLESIAS, 1998; MARCUSCHI, 2010). Albadalejo (1982) elenca as características contextuais dos diálogos construídos:

- (a) Eles têm um único produtor externo formal e eficaz, que é o autor do texto. Nisso eles diferem de textos de diálogo normais, que têm mais de um produtor externo. (...)
- (b) Os interlocutores que aparecem nestes textos são geralmente produtores e receptores internos; são comunicantes textualizados.
- (c) Estes textos, considerados como construções globais, estão destinados a leitores, ou seja, receptores externos diferentes dos interlocutores que se comunicam entre si nos diálogos que estão nestes textos.
- (d) Os interlocutores no diálogos desses textos se comunicam diretamente e conscientemente entre eles, e comunicam indireta e inconscientemente para destinatários externos. A comunicação indireta ocorre porque as expressões dos interlocutores são apresentadas aos leitores pelo narrador, cuja palavra o autor usa. (...)
- (e) As expressões que constituem os diálogos destes textos, normalmente, não foram pronunciadas realmente; são produzidas pelo autor, pelo produtor externo do texto. Por isso, trata-se de expressões ficcionais, de existência textual. Às vezes, os diálogos podem ser extraídos da história e, portanto, podem existir ou supostamente existir antes de sua contextualização literária.
- (...) Os personagens que conversam na narrativa (...) são produto da *inventio* do autor do texto literário, sejam eles personagens que o autor cria sem ter referência no mundo objetivo real (...), sejam personagens que o autor toma da realidade (...). Da mesma forma, as expressões pronunciadas pelos personagens textualizados literariamente são resultado da atividade linguística do autor do texto, embora ele, em alguns casos, pode se limitar a recompor ou coletar expressões proferidas por personagens com referência no mundo real.

A tentativa de reproduzir a conversa real na escrita tem recebido diversas **denominações** na literatura especializada. López Serena (2007, p. 198) recolhe várias em seu estudo: “anos antes de que Seco recorresse a termos como ‘reconstrução artificiosa’ e Lorenzo a outros como ‘aproximações’, ‘criações’ ou ‘língua falada retocada e limada’, Ángel Rosenblat já havia falado, nesse sentido, de ‘estilização’ e ‘transmutação’”. Schellheimer (2016) reúne mais algumas em um estudo posterior:

Na Alemanha, foi estabelecida a denominação *fingierte Mündlichkeit* (**oralidade fingida**) a partir de uma proposta Goetsch (1985), termo que também tem sido utilizado em Espanha (Brumme, 2008; Brumme e Resinger, 2008). No entanto, o qualificativo “fingido” em relação a este conceito tem recebido algumas críticas (Schäffauer, 1997, p. 228; Freunek, 2007, p. 27) que argumentam que esse adjetivo sugere uma impostura ou engano, quando o fim que persegue um autor com o uso desta técnica é mostrar por escrito enunciados orais realistas a partir de um discurso falado autêntico. **Oralidade construída** (Krefeld, 1990, p. 245; Schlickers, 1997, p. 185) é uma proposta alternativa que enfatiza o aspecto da construção deliberada. O termo **oralidade pré-fabricada** (Chaume, 2004, p. 168) é usado principalmente em estudos de meios audiovisuais e salienta o aspecto da recriação de uma oralidade pré-existente evidenciada em escritos que concebem

de forma a ser pronunciados como se não tivessem sido escritos. A designação **oralidade literária** (Freunek, 2007, p. 27-28) permite uma distinção entre as características da oralidade recriadas propositalmente em textos literários e aquelas que poderiam ocorrer em textos históricos. Trata-se, no entanto, de um conceito mais restrito, porque deixa de fora algumas manifestações do fenômeno, tais como os que encontramos na mídia. Finalmente, o termo **mimesis da oralidade** (Serena López, 2007, p. 199) enfatiza o caráter prévio da linguagem falada real. Neste trabalho, usamos o termo **oralidade ficcional** (Brumme, 2012a, p. 28). Acreditamos que é o termo mais abrangente e neutro para referir-se às técnicas utilizadas em textos ficcionais, a fim de imitar as características da linguagem falada e evocar uma real e verdadeira oralidade (SCHELLHEIMER de 2016 22-23, p. grifos do autor).

Para Brumme (2012), o termo “oralidade” coloca ênfase na invenção de recursos que evocam uma situação de imediatez comunicativa. Já o termo “ficcional” destaca a ideia de que a comunicação ficcional não terá sucesso se o leitor não aceitar a apresentação do mundo criado pelo texto. Por concordar com Brumme e Schellheimer, no presente trabalho também fazemos uso da expressão **oralidade ficcional** para a imitação da fala real nos textos narrativos de ficção.

Mas para que o leitor de uma narrativa ficcional tenha a sensação de que os personagens estão falando como um diálogo real e cotidiano, o autor terá que lançar mão de recursos capazes de criar a **ilusão de autenticidade**, a impressão de **verossimilhança** conversacional.

Para Goetsch (1985, p. 217 *apud* BRUMME, 2012, p. 15), além de criar ilusão de verossimilhança, a oralidade ficcional tem a função de ajudar a situar a ação em determinada época e região, caracterizar os diferentes personagens contrastando sua linguagem segundo o pertencimento a determinada classe social ou nível de educação e, finalmente, autenticar a incorporação de elementos procedentes da tradição oral. Na nossa opinião, essas outras funções só contribuem para a primeira, a de criar a ilusão de verossimilhança. Segundo o autor, a oralidade ficcional contribuiria para a finalidade última da narrativa ficcional: a de fomentar a leitura, prender o leitor, estimular sua imaginação e oferecer a ele a possibilidade de se identificar com o mundo ficcional e seus personagens. A oralidade ficcional formaria parte, então, da função apelativa própria dos textos ficcionais, juntando-se, assim, a outros recursos retóricos com o mesmo fim (GOETSCH, 1985, p. 218 *apud* BRUMME, 2012, p. 16).

A oralidade ficcional se fundamentaria, então, na convenção entre o autor e o leitor. Essa convenção seria estabelecida historicamente, mas não seria estática, já que pode ser alterada e questionada: os autores podem introduzir novos elementos, modificar procedimentos ou renovar os recursos usados para evocar a oralidade (BRUMME, 2012; GAUGER, 1996).

Segundo Stempel (1998, p. 239 *apud* BRUMME, 2012, p. 32), para que o leitor reconheça a ilusão de oralidade e ative o modelo mental correspondente, só precisa de um número *suficiente* de indícios. Os signos linguísticos usados na escrita teriam, então, um valor indicador; quer dizer, a seleção dos elementos procedentes da oralidade cotidiana e sua transferência para o texto ficcional evoca, como em uma relação *pars pro toto*, a ideia do que não se expressa.

Para Goetsch (1985, p. 213 *apud* BRUMME, 2012, p. 15), muitos escritores conseguem essa ilusão de verossimilhança em maior medida com a ajuda da linguagem da distância do que com a linguagem da imediatez comunicativa. Não se trataria, portanto, de acumular um grande número de traços imitativos da oralidade, mas de planejar, comprimir, selecionar e elaborar o material, aproveitando as possibilidades que a linguagem da distância oferece para destacar com mais contundência as características da imediatez comunicativa. Como já colocava Gauger (1996) acima, o texto escrito não pode valer-se de recursos que, na imediatez comunicativa, asseguram a compreensão – como os recursos paralinguísticos e não verbais ou a possibilidade de solicitar mais informações esclarecedoras. Segundo Goetsch (1985 *apud* BRUMME, 2012, p. 14), o autor literário tentará compensar este inconveniente sendo mais explícito, organizando melhor o texto e seguindo as convenções estabelecidas para a escrita. Portanto, para Goetsch, a oralidade ficcional não pode descrever-se nem avaliar-se *somente* com os critérios que regem as situações comunicativas orais reais; pelo contrário, deve levar-se em consideração sua relação com a escrita e reconhecer sua importância como componente do texto escrito.

Com efeito, no processo de criação literária, o diálogo construído se acha em uma posição intermediária entre oralidade e escrita. Por um lado, conceitualmente apresenta uma série de características que encontramos nas conversações cara a cara, gênero prototípico da oralidade, da imediatez comunicativa; mas, por outro lado, é inegável que o diálogo construído se encontra na esfera da escrita, não somente por o meio gráfico ser a forma pela qual os leitores

o recebem, mas também conceitualmente, pela existência das condições que definem a distância comunicativa.

2.3.3

Estratégias de evocação da oralidade no diálogo literário

O autor do texto é quem seleciona determinados traços da língua falada para evocar a oralidade no leitor, se usados da maneira acertada. Para Narbona (2015, p. 350), “o possível valor literário do resultado dependerá de como e para que o escritor realize a seleção, filtração e adaptação da fala coloquial”.

Tanto Narbona (2015) quanto Preti (2006) afirmam que a maior aproximação com a língua oral está sempre no nível lexical: “a estratégia ficcional sempre encontrou sérios problemas para elaborar a língua falada e, na maioria das vezes, é o vocabulário a única marca de oralidade” (PRETI, 2006, p. 126). Narbona (2015) destaca que quando a literatura passou a captar melhor a fala coloquial foi quando conseguiu reproduzir sua peculiar sintaxe. No entanto, insiste em que o sucesso vai depender sempre não só da vontade dos escritores, mas, em grande medida, da cumplicidade dos leitores competentes e ativos. Segundo Preti (2006), o leitor reconhece no texto uma realidade linguística que se acostumou a ouvir ou que, pelo menos, já ouviu alguma vez e que incorporou ao que Tannen e Wallat (1987) denominam *esquemas de conhecimento*, frutos da sua experiência como falantes. Esses esquemas são os responsáveis pelas suas *estruturas de expectativa*, ou seja, o que o leitor espera que o autor escreva e em que tipo de linguagem o faça. “São elas que permitem nosso estranhamento quando deparamos em um texto vocábulos ou estruturas em desacordo com o esperado” (PRETI, 2006, p. 126).

Para Preti (2006, p. 128 e ss.), os elementos típicos da imediatez comunicativa que costumam ser selecionados pelos autores são:

- **repetição**: na língua escrita, a repetição pode indicar estilo descuidado e as regras estilísticas recomendam o uso de sinonímia. No entanto, a repetição pode ser usada também como recurso intencional de estilo para lembrar ritmos próprios da língua falada. A repetição pode ser tanto de vocábulos quanto de estruturas

sintáticas. Preti destaca o uso do infinitivo de maneira repetitiva para a enumeração de atividades.

- **marcadores conversacionais:** usados para criar envolvimento com o leitor, simulando uma história oral: *bom, pois é, então, certo*, etc.

- **estruturas sintáticas:** uso de frases mínimas, interrompidas, com estruturas simplificadas (privilegiam-se os períodos simples, as subordinadas curtas, os segmentos aparentemente desligados entre si mas unidos pelo contexto).

- **léxico:** como comentado acima, os autores costumam criar a ilusão de verossimilhança usando um vocabulário comprometido com a fala simples, além de usar a gíria de maneira intensiva. A gíria pode servir para identificar um grupo social, mas no momento em que os vocábulos se divulgam na linguagem comum se transformam em coloquialismos, usados por falantes de várias classes e idades.

Em relação à distância comunicativa, a principal característica nos diálogos ficcionais é o **planejamento**, que determina não só a expressão linguística, mas também a organização discursiva. Segundo Bustos Tovar (2001, p. 197), quando uma conversa é textualizada, tende a uma maior hierarquização de tópicos, a delimitar os argumentos dos enunciados e, principalmente, a marcar verbalmente os turnos de fala para organizar as intervenções em relação com a intenção de comunicação. Na conversação face a face, não existe necessidade de marcar as alternâncias de turno de forma linguística, já que normalmente são marcadas por elementos tonais ou gestuais. Nos diálogos construídos, no entanto, a aparente liberdade com que falam as personagens está, de fato, planejada para obter um valor comunicativo e pragmático que vai além do conteúdo do próprio diálogo.

No capítulo 4, procederemos à análise da obra *Cidade de Deus*, do escritor Paulo Lins, para identificar quais são as estratégias usadas para recriar a oralidade coloquial nos diálogos do romance e para verificar quais são os traços universais da imediatez e da distância comunicativa de que lança mão. Para isso, usaremos a proposta de análise de diálogo de ficção de Preti (2006, p. 121 e ss.) em dois níveis: macroanálise e microanálise da conversação literária.

Antes disso, porém, precisamos dar voz aos tradutólogos para ver quais são as possíveis estratégias e caminhos que pode empreender um tradutor que precise enfrentar narrativas ficcionais que recriem a oralidade.